



DIREÇÃO REGIONAL DE AGRICULTURA E PESCAS DO CENTRO

# O Acesso das Explorações Agrícolas às Ajudas da PAC na Região Centro

Cadernos  
temáticos

**DRAP**Centro

## **CADERNOS TEMÁTICOS DRAPCentro**

**nº3 | abril de 2023**

### **Diretor**

Fernando Martins

### **Autor deste número**

Fernando Delgado

### **Fotos**

Arquivo DRAPCentro

### **Edição**

Direção Regional de Agricultura e Pescas do Centro

Rua Amato Lusitano, lote 3

6000-150 Castelo Branco

[drapc@drapc.gov.pt](mailto:drapc@drapc.gov.pt) | [www.drapc.gov.pt](http://www.drapc.gov.pt)

edição eletrónica

[www.drapc.gov.pt/base/cadernos.php](http://www.drapc.gov.pt/base/cadernos.php)

# Cadernos temáticos DRAPCentro

## O Acesso das Explorações Agrícolas às Ajudas da PAC na Região Centro



### ***Índice geral***

Editorial	3
Síntese	5
Enquadramento	7
Parte I . O Acesso dos Produtores Agrícolas às Ajudas da PAC	8
O Acesso às Ajudas da PAC no Continente	10
O Acesso às Ajudas da PAC na Região Centro	20
Parte II . Os Montantes Financeiros das Ajudas da PAC	21
Os Pagamentos aos Beneficiários da PAC no Continente	22
Os Pagamentos aos Beneficiários da PAC na Região Centro	29

# Índice

## Tabelas, Gráficos e Figuras

Tabela 1. Indicadores das explorações agrícolas por classes de área (Continente, 2019)	10
Tabela 2. Principais indicadores das explorações agrícolas, por classes de área (Região Centro, 2019)	15
Tabela 3. Pagamentos aos produtores segundo classes de superfície agrícola, por NUT III (Continente, 2021)	22
Tabela 4. Indicadores dos pagamentos da PAC por NUT II (Continente, 2021)	23
Tabela 5. Indicadores dos pagamentos da PAC por NUT III, em 2021 (Região Centro)	29
Gráfico 1. Explorações agrícolas por classes de área (Continente, 2019)	11
Gráfico 2. Proporção do nº de explorações que recebem ajudas, por classes de área (Continente, 2019)	11
Gráfico 3. Nº de explorações que recebem ajudas, por NUT II e por classes de área (Continente, 2019)	11
Gráfico 4. Proporção do nº de explorações que recebem ajudas, por NUT III e classes de área (Região Centro, 2019)	16
Gráfico 5. Proporção do VPP das explorações agrícolas sem acesso às ajudas no VPP de todas as explorações agrícolas, por classes de área (Região Centro, 2019)	18
Gráfico 6. Valor da Produção Padrão por Unidade de Trabalho Anual, por classes de área (Região Centro, 2019)	18
Gráfico 7. Relação da mão-de-obra (UTA) com a superfície agrícola utilizada (SAU), por classes de área (Região Centro, 2019)	19
Gráfico 8. Total dos pagamentos aos produtores, por NUT II (Continente, 2021)	22
Gráfico 9. Nº de beneficiários do PU, superfície elegível e montantes pagos, por Orientação Técnico Económica (Continente, 2021)	24
Gráfico 10. Montantes pagos no âmbito do PU, nas principais rúbricas da ajudas da PAC (Continente, 2021)	24
Gráfico 11. RPB—Montantes pagos por NUT II (2021)	25
Gráfico 12. RPA—Montantes pagos por NUT II (2021)	25
Gráfico 13. Greening—Montantes pagos por NUT II (2021)	25
Gráfico 14. MZD—Montantes pagos por NUT II (2021)	26
Gráfico 15. MAA—Montantes pagos por NUT II (2021)	26
Gráfico 16. Montantes pagos nas principais rúbricas da ajudas da PAC, no âmbito das candidaturas do PU na Região Centro, por NUT III (2021)	30
Gráfico 17. Beneficiários, montantes pagos e superfície elegível, por OTE, na Região Centro (2021)	31
Gráfico 18. Montantes pagos por NUT III e OTE, na Região Centro (2021)	31
Figura 1. Proporção do nº de explorações agrícolas que recebem ajudas, por unidades geográficas—NUT III, Concelhos, Freguesias (Continente, 2019)	12
Figura 2. Indicadores das explorações agrícolas com SAU que recebem ajudas da PAC, por freguesia: proporção de explorações que recebem ajudas, VPP/ha SAU, UTA/10 ha SAU (Continente, 2019)	13
Figura 3. Proporção do nº de explorações agrícolas que recebem ajudas da PAC, por unidades geográficas, (Região Centro, 2019)	16
Figura 4. Proporção do número de explorações agrícolas com acesso às ajudas da PAC (A), e da respetiva SAU (B), por freguesia (Região Centro, 2019)	17
Figura 5. UTA/100 ha SAU, por freguesia (Região Centro, 2019)	19
Figura 6. Pagamentos aos produtores por NUT III (Continente, 2021).	23
Figura 7. Distribuição geográfica, por concelhos, dos pagamentos aos produtores, em 2015 Pagamentos referentes ao 1º Pilar da PAC + (MAA + MZD do 2º Pilar) e pagamentos por hectare de SAU	27

Continuamos, com a presente edição dos Cadernos Temáticos DRAPCentro, o nosso propósito de contribuir para a discussão e aprofundamento de uma temática, tão relevante, quanto fundamental para a sustentabilidade das explorações agrícolas, como o é o acesso das explorações às ajudas da Política Agrícola Comum (PAC) na Região Centro.

Com efeito os apoios da PAC continuam a representar uma parte significativa do rendimento das explorações agrícolas, sobretudo em determinados sistemas produtivos.

Ressalta evidente da análise do presente trabalho em primeiro lugar um problema de equidade na alocação das ajudas. Os dados evidenciam que uma parte significativa das explorações agrícolas não tem acesso às ajudas da PAC. Ainda que se trate sobretudo de muito pequenas e pequenas explorações agrícolas de tipo familiar, essencialmente de autoconsumo e com relação marginal com o mercado, complementando remunerações dos setores secundário, terciário e sobretudo pensões, a sua importância na ocupação, estruturação e ordenamento do território é muito relevante. Tão relevante nas zonas montanhosas do interior da região Centro, que a simples ausência de atividade agrícola se traduziu em abandono, por vezes irreversível e que agora se procura recuperar atividade agrícola – sobretudo pastorícia, nos projetos piloto das Áreas Integradas de Gestão da Paisagem (AIGP). Estes visam essencialmente uma abordagem territorial integrada para dar resposta à necessidade de ordenamento e gestão da paisagem e aumentar a área florestal gerida a uma escala que promova a resiliência aos incêndios, a valorização do capital natural e a promoção da sustentabilidade da economia rural.

Certo é que os desequilíbrios em termos territoriais e entre explorações na distribuição dos apoios da PAC são o resultado do histórico de opções e da evolução que a PAC foi tomando e procurando corrigir ao longo dos vários períodos de programação. Ciente desta realidade a Comissão Europeia propõe para este período 2023-2027 uma distribuição mais justa, mais flexível e mais verde. Mais justa no sentido de uma distribuição mais equitativa do apoio público associado a uma gestão ativa de todo o território baseada numa produção agrícola e florestal inovadora e sustentável integrando critérios que enquadrem a especificidade dos territórios.

Ciente desta realidade a programação do novo PEPAC apresenta um conjunto de medidas destinadas a melhorar a distribuição do apoio da PAC sobretudo no sentido de introduzir maior equidade na distribuição dos apoios. Como é referido na síntese do presente trabalho o caminho a percorrer ainda é longo, mas parece-nos sem dúvida a direção certa!

**FERNANDO MARTINS**

**Diretor Regional de Agricultura e Pescas do Centro**





# Síntese

Qualquer que seja o ponto de vista de análise territorial do acesso às ajudas da PAC e dos respetivos montantes financeiros, fica clara a imensa diversidade de situações, o que torna muito difícil estabelecer um padrão geográfico coerente e inteligível que possibilite o isolamento de unidades homogéneas.

Conclui-se, numa análise global, que o registo de acesso às ajudas da PAC e a afetação dos respetivos montantes financeiros, é o corolário da arquitetura da própria PAC, fortemente condicionada pelo “histórico” da exploração agrícola/agricultor, com privilégio dos sistemas de produção extensivos preferencialmente associados à pecuária. De um modo geral, as explorações agrícolas no interior centro e sul do Continente e ao longo da zona raiana caracterizam-se por uma baixa remuneração dos fatores: baixa remuneração do trabalho na pequena agricultura e baixa remuneração da terra/capital nas explorações extensivas.

Conclui-se ainda que existe um significativo universo de explorações agrícolas sem acesso às ajudas da PAC, mas é importante acrescentar que se trata sobretudo de muito pequenas e pequenas explorações de tipo familiar, em que as atividades agrícolas nelas desenvolvidas — com produções essencialmente para autoconsumo e com uma relação esporádica ou marginal com o mercado —, complementam as remunerações obtidas nos setores secundário e terciário, numa extensão dificilmente mensurável de pluriatividade e pluriemprego.

Neste cenário, tão relevante como interpretar indicadores quantitativos, o que importa avaliar é o impacto destas pequenas e muito pequenas explorações na ocupação, estruturação e ordenamento do território ou, em contraponto, as consequências do seu “esquecimento” nas ajudas da PAC, mesmo quando essas ajudas se podem resumir a um simples, mas necessariamente robusto «prémio de presença» pela atividade agrícola desenvolvida em territórios em que a simples ausência de agricultura significa o abandono quase sempre sem possibilidade de retorno, como é já visível em muitas zonas do interior.

De qualquer modo, apesar da diversidade de situações, há conclusões óbvias, independentemente dos múltiplos aspetos que cada uma dessas conclusões permite perceber. Assim, em resumo:

1. Cerca de 106 000 explorações agrícolas do Continente (40 % do total) não tem acesso às ajudas da PAC, mas este valor é muito díspar em função das classes de área das explorações agrícolas, variando de mais de 80 % para o escalão de  $\leq 0,5$  ha a menos de 6 % para o escalão  $\geq 200$  ha. Em geral, as explorações com taxas de acesso às ajudas superiores à média do Continente localizam-se nas Regiões Norte e Alentejo, mas esta realidade não é homogénea, existindo variações significativas à medida que se desagrega a unidade geográfica;

2. É evidente o peso que as Regiões Norte e Centro têm no contexto do Continente (estas duas regiões detêm 78 % do total das explorações do Continente e 80 % do total das explorações que têm acesso às ajudas);

3. Na Região Centro, cerca de 80 % da SAU das explorações agrícolas é coberta por ajudas da PAC, em contraponto do que acontece com o nº de explorações em que apenas 46 % tem acesso às ajudas, verificando-se uma clara influência das explorações localizadas em territórios com sistemas produtivos extensivos associados à pecuária, nomeadamente na zona Raiana e na Serra de Estrela;

4. Na Região Centro, o valor da produção padrão (VPP) sem acesso às ajudas nas respetivas explorações agrícolas é de 45 % (27 % para o Continente), mas este valor é claramente influenciado pelas explorações sem SAU ou com SAU até 2 ha. O rácio SAU/UTA é metade do que se verifica no Continente, embora a intensidade de utilização de mão-de-obra por unidade de SAU seja muito variável nas diferentes zonas agro ecológicas e esteja diretamente relacionada com a estrutura fundiária e os sistemas de produção dominantes;

5. Existe uma clara desigualdade geográfica nos montantes anuais pagos no âmbito do PU nas diferentes regiões do Continente, mas estas diferenças devem ser analisadas no contexto das «agriculturas» de cada uma das Regiões e da sua afinidade com a PAC e, em geral, com as políticas públicas para o setor;

6. O Alentejo é a região dominante (53 % do total dos pagamentos no Continente), mas é simultaneamente a região com maior área elegível (65,7 %), com o maior valor médio por beneficiário (cerca de 20 000 €) e com o mais baixo valor unitário médio por superfície elegível (255 €/ha), como resultado direto da dimensão física, da

estrutura fundiária, dos sistemas de produção dominantes e das suas relações com a arquitetura da PAC.;

7. É evidente e superlativo o peso dos herbívoros (bovinos e outros ruminantes) no contexto das OTE's apoiadas (são responsáveis por 40,9 % do total dos montantes do PU pagos em 2021 e por 42,2 % da superfície total elegível, abrangendo apenas 19,0 % da totalidade dos beneficiários PAC), e esta realidade é extensível à Região Centro;

8. Tal como acontece no Continente, também na Região Centro se verificam evidentes diferenças no modo e na intensidade como cada uma das NUT III acede aos apoios da PAC, mas tal constatação é o reflexo da diversidade territorial, dos sistemas de produção dominantes e da forma como estes se enquadram nas condicionantes dos instrumentos financeiros de apoio.

Estas conclusões traduzem uma evidência: o acesso às ajudas da PAC, assim como os montantes alocados a cada território, quer no Continente quer na Região Centro, são o resultado da arquitetura da própria PAC, das opções de política interna e da sua orientação produtiva face às condições agro ecológicas existentes. Tentámos enumerar as consequências, quase sempre óbvias face ao universo e à diversidade das agriculturas do Continente e da Região Centro, mas fica claro que «Uma gestão ativa de todo o território baseada numa produção agrícola e florestal inovadora e sustentável» tem ainda um longo caminho para percorrer.





# Enquadramento

Com estes apontamentos pretende-se contribuir para uma melhor perceção da aplicação da PAC no vasto universo de variáveis que condicionam a atividade agrícola. Trata-se, assim, de uma visão muito parcelar, centrada em dois aspetos muito específicos e desenvolvida em duas partes distintas:

Parte I—O acesso das explorações agrícolas às ajudas da PAC, tendo como base os dados do Recenseamento Agrícola de 2019, do INE (RA-2019);

Parte II—Os montantes pagos aos beneficiários da Política Agrícola Comum, tendo como base os dados estatísticos do Pagamento Único de 2021, do IFAP (PU-2021).

Na Parte I (RA-2019), são analisados os dados relativos ao apuramento das explorações com acesso às ajudas, em particular a «Informação Administrativa sobre Ajudas e Subsídios Associados à Exploração» e, neste ítem, o Cód. 3210 «Beneficiou de ajudas pagas pelo IFAP (Pedido Único de 2019) no ano agrícola de 2018/2019?», com um grau de desagregação ao nível da freguesia.

Na Parte II (PU-2021), são analisados os dados do PU-2021, disponíveis no site do GPP (com origem no IFAP) e com um grau de desagregação ao nível de NUTIII.

Note-se que os dados do RA 2019 têm um carácter declarativo, com as limitações estatísticas inerentes, pelo que o cruzamento com outras fontes de informação, nomeadamente os dados do PU, é de difícil execução prática e muitas vezes com resultados incoerentes.

Assume-se, assim, que se trata de uma análise parcelar, que poderá ser estendida e complementada com outros contributos de modo a caracterizar da forma mais fiel possível a realidade agrícola dos diferentes territórios e a sua relação com as ajudas da PAC.

Assim, o âmbito desta análise seria consideravelmente beneficiado e consolidado com informação complementar do próprio RA-2019, nomeadamente os dados relativos à origem do rendimento das explorações agrícolas e do agregado doméstico do produtor singular (p.e. os cód. do RA-2019 relativos à «importância das ajudas/subsídios no rendimento da exploração agrícola» e da «origem do rendimento do agregado doméstico do produtor»).

Por outro lado, tendo em conta que não dispomos de dados do PU-2021 com um nível de desagregação igual ao do RA-2019,

existe uma evidente dificuldade analítica na caracterização dos territórios.

A análise abrange a área geográfica da Região Centro (NUT II), numa desagregação de dados até ao nível da freguesia (a partir do RA-2019) ou de NUT III (a partir do PU-2021), complementada com um enquadramento sumário desta Região no Continente.



# ***Parte I***

## ***O Acesso dos Produtores Agrícolas às Ajudas da PAC***



## Nota metodológica

Todos os dados constantes deste capítulo têm como base o Recenseamento Agrícola de 2019, do Instituto Nacional de Estatística (RA-2019, INE). De acordo com o Manual do RA-2019, a exploração agrícola

*«é uma unidade técnico-económica que utiliza em comum os fatores de produção (mão-de-obra, máquinas, instalações, terrenos, etc.) e que satisfaz obrigatoriamente as quatro condições seguintes:*

1. *Produzir produtos agrícolas ou manter em boas condições agrícolas e ambientais as terras que já não são utilizadas para fins produtivos;*
2. *Atingir ou ultrapassar uma certa dimensão (área, nº de animais);*
3. *Estar localizada num local bem determinado e identificável;*
4. *Estar submetida a uma gestão única.*

*Se estas condições não se verificarem, a exploração é inexistente ou sem condições de inquirição...»*

A informação estatística utilizada decorre do inquérito do item 5 RA-2019: Informação Administrativo sobre as Ajudas e Subsídios Associados à Exploração e, em particular, o item 5.1. (cód. 3210): Beneficiou de ajudas pagas pelo IFAP (pedido único 2019) no ano agrícola 2018/2019?

De acordo com o Manual do RA-2019 *«Pretende-se, nesta questão, conhecer se a exploração, no ano agrícola de 2018/2019, beneficiou de ajudas/subsídios pagos pelo IFAP, I.P. no âmbito do Pedido Único (PU), que consiste no pedido de pagamento direto das ajudas que integram os regimes sujeitos ao Sistema Integrado de Gestão e de*

*Controlo (SIGC), previsto na regulamentação comunitária, nomeadamente:*

- *Regime de Pagamento Base e Pagamento Redistributivo;*
- *Pagamento por práticas agrícolas benéficas para o ambiente (Greening);*
- *Pagamento para os jovens agricultores;*
- *Regime de Pequena Agricultura;*
- *Prémio por ovelha e por cabra;*
- *Prémio por vaca em aleitamento;*
- *Prémio por vaca leiteira;*
- *Pagamento específico por superfície ao tomate;*
- *Pagamento específico do arroz.*

*E as medidas de apoio do Programa de Desenvolvimento Rural do Continente (PDR 2020):*

- *Manutenção da atividade agrícola em zonas desfavorecidas;*
- *Conversão e manutenção em agricultura biológica;*
- *Produção Integrada;*
- *Pagamento Rede Natura;*
- *Conservação do solo;*
- *Uso eficiente da água na agricultura;*
- *Culturas permanentes tradicionais;*
- *Pastoreio extensivo;*
- *Recursos genéticos;*
- *Mosaico agroflorestal;*
- *Silvoambientais;*
- *Manutenção e recuperação de galerias ripícolas;*
- *Apoio agroambiental à apicultura.»*



# O Acesso à Ajudas da PAC no Continente



**Cerca de 40 % das explorações agrícolas no Continente não tem acesso às ajudas da PAC (cerca de 106 000 explorações), mas este valor é muito diferente em função das classes de área das explorações agrícolas, variando de mais de 80 % para o escalão mais baixo (>0 a <= 0,5 ha) a menos de 6 % para o escalão mais alto (>= 200 ha).**

Das cerca de 266 000 explorações do continente, cerca de 60 % recebe ajudas da PAC, mas esta relação varia muito em função das diferentes classes de área - o número de explorações com acesso às ajudas da PAC cresce com o aumento da área total das explorações, apresentando uma configuração que tende para uma distribuição normal (gráfico 1).

Numa perspetiva de enquadramento global, os indicadores-base para a análise, a nível do Continente, são os que se apresentam na tabela 1.

**Tabela 1. Indicadores das explorações agrícolas por classes de área (continente)**

Indicadores	Classes de área das explorações (ha)									Totais
	Sem SAU	> 0 a < 0,5	0,5 a < 1	1 a < 2	2 a < 5	5 a < 20	20 a < 100	100 a < 200	>= 200	
Nº Explorações	3 925	11 290	27 867	78 970	71 127	49 018	16 869	3 307	3 666	266 039
SAU (ha)	0	3 401	20 284	108 798	220 807	461 342	728 119	464 729	1 831 227	3 838 708
Nº Explorações (% do total)	1,5	4,2	10,5	29,7	26,7	18,4	6,3	1,2	1,4	100,0
Nº Explorações (% acumulada)	1,5	5,7	16,2	45,9	72,6	91,0	97,4	98,6	100,0	
Nº Exp. c/ajudas PAC (% do total)	0,4	1,1	4,9	25,5	29,4	24,9	9,6	1,9	2,2	100,0
Nº Exp. c/ajudas PAC (% da classe de área)	17,3	15,6	28,1	51,4	65,8	80,9	90,9	92,0	94,2	59,8
Nº Exp. c/ajudas PAC (% acumulada)	0,4	1,5	6,5	32,0	61,4	86,3	95,9	97,8	100,0	
SAU (% do total)	0,0	0,1	0,5	2,8	5,8	12,0	19,0	12,1	47,7	100,0
SAU (% acumulada)	0,0	0,1	0,6	3,5	9,2	21,2	40,2	52,3	100,0	
SAU c/ajudas PAC (% do total)	0,0	0,0	0,2	1,7	4,3	11,1	19,5	12,5	50,6	100,0
SAU c/ajudas PAC (% da classe de área)	0,0	15,3	28,9	52,7	67,1	82,6	91,8	91,9	94,5	89,1
SAU c/ajudas PAC (% acumulada)	0,0	0,0	0,2	1,9	6,2	17,3	36,9	49,4	100,0	

Fonte: Elaborada com base nos dados do RA 2019

Cerca de 106 000 explorações agrícolas não recebem ajudas da PAC, salientando-se que nas classes de área 1 a 20 ha, que representam cerca de 3/4 do total das explorações, a taxa de acesso às ajudas é de cerca de 63 %, ligeiramente superior à média nacional, mas que, apesar disso, deixa de fora cerca de 72 000 explorações neste intervalo de classes de área.

O número de explorações que recebe ajudas da PAC, em função das classes de área, apresenta uma enorme amplitude, variando de menos de 30 % para as classes até 1 ha, a mais de 90% para as classes superiores a 20 ha (gráfico 2).

Todas as classes de área até 2 ha, que representam cerca de 45 % do total das explorações, apresentam taxas de acesso às ajudas da PAC inferiores à média do Continente (inferiores a 60%).

A distribuição do número de explorações que recebem ajudas, por classes de área e por NUT II, é no fundamental a tradução dos dois fatores que aparentemente maior influência têm na desagregação territorial deste indicador: a estrutura fundiária e os sistemas de produção dominantes associados às diferentes condições agro ecológicas dos territórios (gráfico 3).

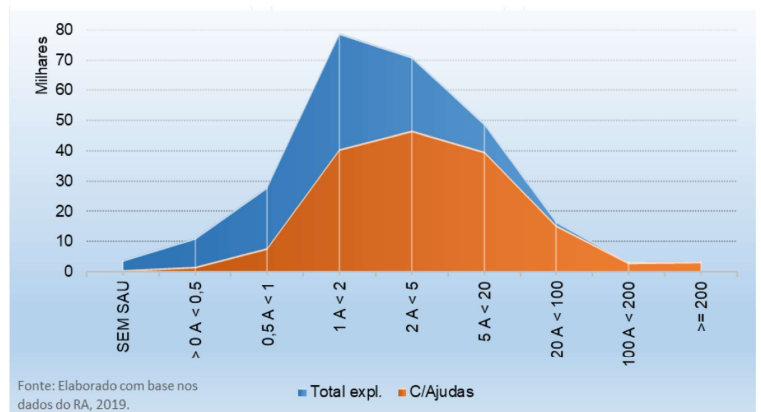
O peso relativo das NUT II Norte e Centro, no número de explorações que recebem ajudas no Continente, é muito significativo: estas duas regiões representam 78 % e 80 % do total das explorações e das explorações que recebem ajudas no Continente, respetivamente, isto é, a taxa de acesso das explorações agrícolas às ajudas da PAC no Continente é fortemente influenciada por estas duas regiões.

Por outro lado, se atendermos ao núcleo central do universo das explorações com acesso às ajudas (explorações das classes de área de 1 a 20 ha, 75% do total) verificamos que as regiões Norte e Centro representam 81% e 86 % do total das explorações e das explorações que recebem ajudas no Continente, respetivamente.

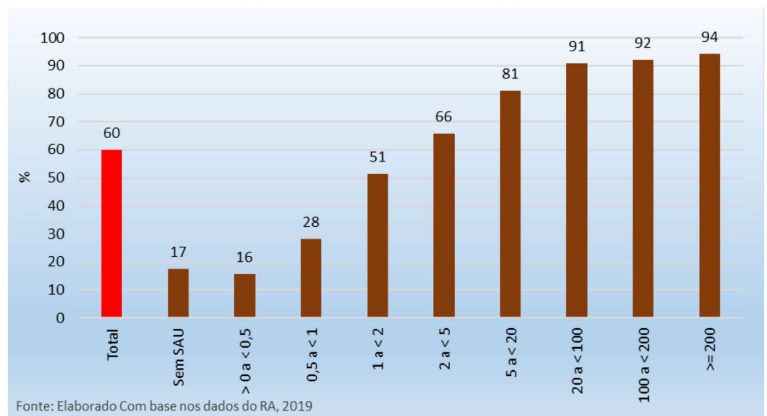
Em geral, o acesso às ajudas por classes de área e por NUT II segue o mesmo padrão do referido para o Continente (gráfico 2), isto é, verifica-se em todas as regiões um crescimento da taxa de adesão à medida que cresce a classe de área, embora essa variação tenha amplitudes diferentes nas diferentes regiões.

**A taxa de acesso das explorações agrícolas às ajudas da PAC no Continente é fortemente influenciada pelas Regiões Norte e Centro. Estas duas Regiões detêm 78 % do total das explorações do Continente e 80 % do total das explorações que têm acesso às ajudas.**

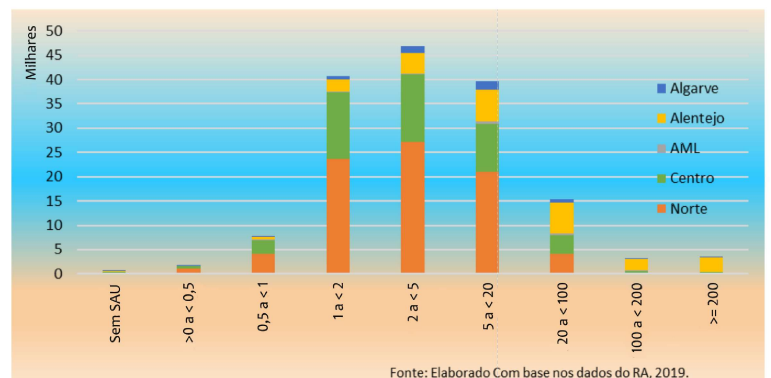
**Gráfico 1. Explorações agrícolas por classes de área (Continente)**



**Gráfico 2. Proporção do nº de explorações que recebem ajudas, por classes de área (Continente)**



**Gráfico 3. Nº de explorações que recebem ajudas, por NUT II e por classes de área (Continente)**



Uma análise global do território do Continente, revela variações regionais e locais nas taxas de acesso às ajudas da PAC que merecem alguma reflexão, quer pela possibilidade das associar às condicionantes socio-estruturais conhecidas, quer porque são mais um elemento determinante na caracterização da atividade agrícola desses territórios (*figura 1*).

De facto, numa análise ao nível das NUT III é possível diferenciar dois “grandes” territórios em que as explorações têm uma taxa de acesso às ajudas inferior à média do Continente:

(i) um território coincidente com as regiões Centro (exceção da CIM Beiras e Serra Estrela e com destaque para a CIM Oeste com uma muito reduzida taxa de acesso às ajudas) e o Algarve;

(ii) um território com taxas de acesso às ajudas da PAC acima da média do Continente, nas regiões Norte e Alentejo, com inclusão também da CIM Beiras e Serra da Estrela.

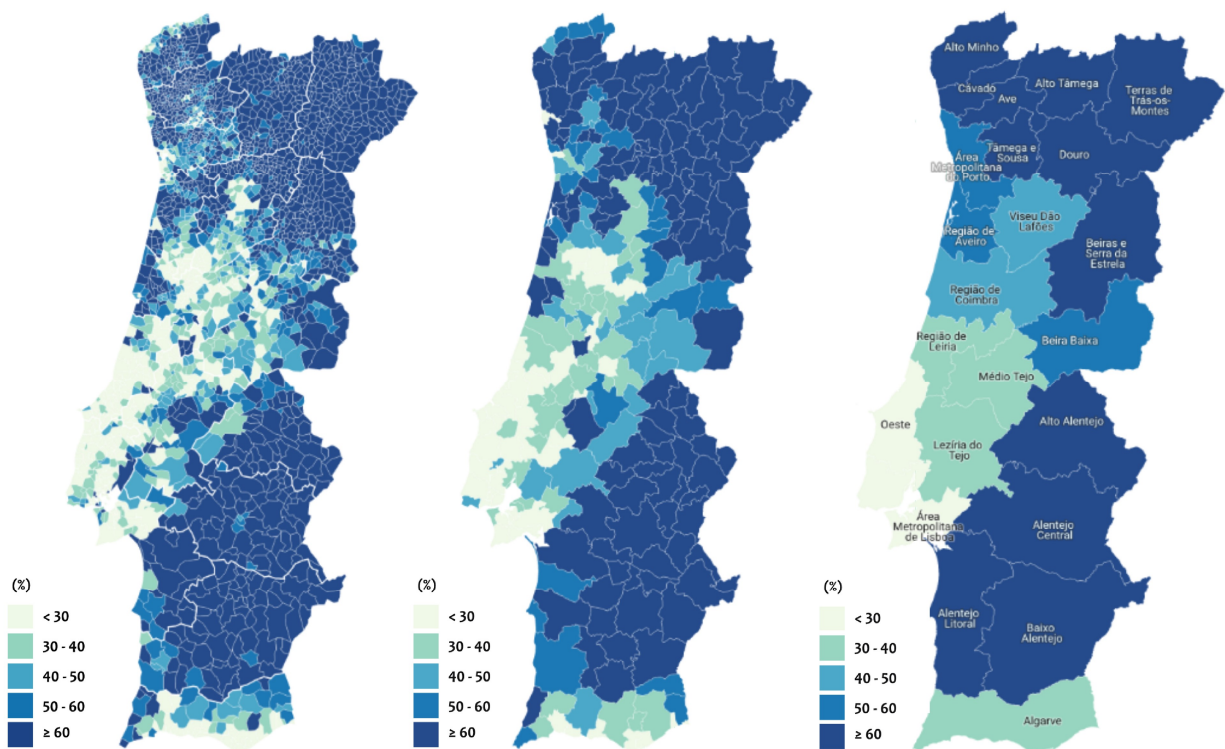
Contudo, numa análise mais desagregada, quer ao nível dos concelhos, quer sobretudo das freguesias, verifica-se que a realidade é um pouco mais complexa, revelando três aspetos:

i) no geral, as explorações com taxas de acesso às ajudas superiores à média do Continente continuam a localizar-se na Região Norte e no Alentejo, com inclusão de concelhos e freguesias situadas a norte da CIM Beiras e Serra de Estrela;

(ii) essa realidade não é homogénea, existindo concelhos e sobretudo freguesias que fragmentam o território;

(iii) a análise desta fragmentação, para além da evidente fragilidade agrícola dos territórios do interior e da pressão urbana no litoral - em alguns casos associada a sistemas de produção pouco apoiados pela PAC (caso da CIM Oeste) -, requer uma avaliação mais cuidada e com outros indicadores, já que a realidade da agricultura local pode ser fortemente influenciada pelas dinâmicas sociais e económicas desses territórios.

**Figura 1. Proporção do nº de explorações agrícolas que recebem ajudas no Continente, por unidades geográficas (freguesias, concelhos e NUTIII)**



Numa análise sumária dos indicadores das explorações agrícolas relativas ao acesso às ajudas da PAC e à intensidade produtiva (VPP/SAU e UTA/SAU) verifica-se, de um modo geral, que a taxa de acesso às ajudas da PAC é mais elevada em territórios com menor intensidade produtiva (*figura 2*).

Estes indicadores indiciam uma prevalência no acesso às ajudas da PAC das explorações agrícolas com sistemas de produção extensivos. De facto é clara a separação dos sistemas de produção do litoral dos do interior (região do Alentejo e toda a zona raiana), quer na utilização de mão-de-obra quer no valor da produção padrão, ainda que esta distinção necessite de elementos complementares de análise, nomeadamente os relativos à estrutura fundiária, aos sistemas de produção dominantes associados ou não à disponibilidade de água para rega.

Em resumo, as explorações agrícolas no interior centro e sul do país, e ao longo da zona raiana, assentam na baixa remuneração dos fatores: baixa remuneração do trabalho na agricultura de minifúndio e baixa remuneração da terra/capital nas explorações extensivas.

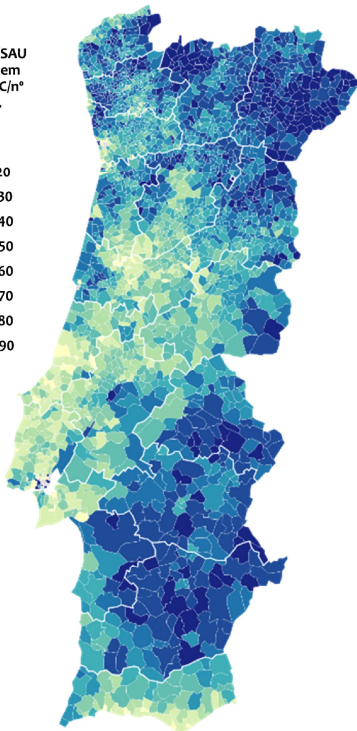
***As explorações agrícolas no interior centro e sul do país e ao longo da zona raiana caracterizam-se por uma baixa remuneração dos fatores: baixa remuneração do trabalho na agricultura de minifúndio e baixa remuneração da terra/capital nas explorações extensivas.***

**Figura 2. Indicadores das explorações agrícolas com SAU que recebem ajudas da PAC, por freguesia, no Continente (proporção de explorações que recebem ajudas, VPP/ha SAU, UTA/10 ha SAU)**

Proporção do nº de explorações agrícolas com SAU que recebem ajudas da PAC no nº total de explorações agrícolas com SAU

Nº expl. c/SAU que recebem ajudas PAC/nº total expl. c/SAU (%)

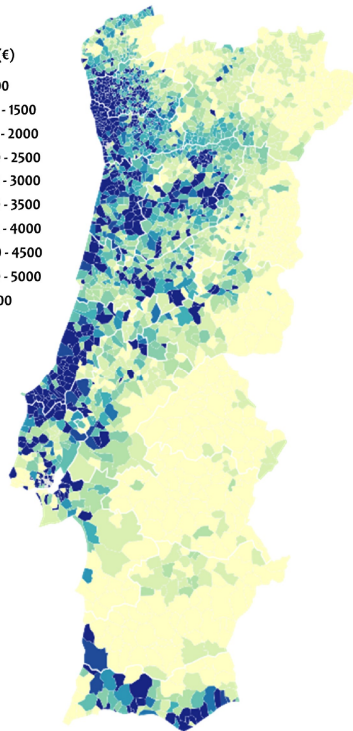
< 10
10 - 20
20 - 30
30 - 40
40 - 50
50 - 60
60 - 70
70 - 80
80 - 90
≥ 90



Valor da Produção Padrão (VPP) por Superfície Agrícola Utilizada (SAU) das explorações agrícolas com SAU que recebem ajudas da PAC

VPP/SAU (€)

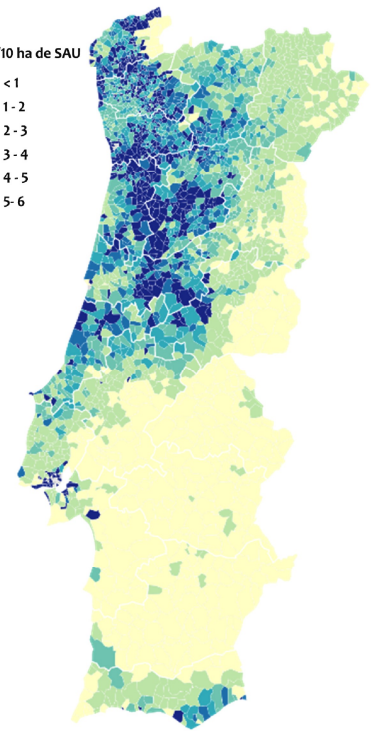
< 1000
1000 - 1500
1500 - 2000
2000 - 2500
2500 - 3000
3000 - 3500
3500 - 4000
4000 - 4500
4500 - 5000
≥ 5000



Unidades de Trabalho/Ano (UTA/10ha SAU) das explorações agrícolas com SAU que recebem ajudas da PAC

UTA/10 ha de SAU

< 1
1 - 2
2 - 3
3 - 4
4 - 5
5 - 6







# O Acesso às Ajudas da PAC no Região Centro

Num enquadramento global, os indicadores-base para a análise ao nível da Região Centro, são os que se apresentam na tabela 2.

Resulta destes indicadores, numa análise genérica, que a Região Centro detém cerca de 37 % do das explorações agrícolas do Continente, mas no que diz respeito ao acesso às ajudas da PAC, esta representatividade é de apenas 28 %.

**Na Região Centro, em contraponto do que acontece com o nº de explorações em que apenas 46 % tem acesso às ajudas da PAC, cerca de 80 % da SAU das explorações agrícolas é coberta por ajudas da PAC**

**Tabela 2. Principais indicadores das explorações agrícolas, por classes de área, na região centro**

Indicadores	Classes de área das explorações (ha)									Totais
	Sem SAU	> 0 a < 0,5	0,5 a < 1	1 a < 2	2 a < 5	5 a < 20	20 a < 100	100 a < 200	>= 200	
<b>Valores base</b>										
Nº explorações agrícolas na R. Centro	1 523	4 242	13 698	33 886	25 757	13 493	4 176	520	291	97 586
Nº explorações agrícolas c/ajudas da PAC	170	439	2 821	13 716	13 887	9 769	3 794	489	276	45 361
SAU das explorações agrícolas da R. Centro (ha)	0	1 273	10 043	46 370	78 504	124 142	171 382	71 415	130 168	633 297
SAU explorações agrícolas c/ajudas PAC na R. Centro (ha)	0	130	2 137	19 335	43 455	93 162	158 400	67 113	120 573	504 306
<b>Indicadores estruturais</b>										
Nº explorações R. Centro (% do total)	1,6	4,3	14,0	34,7	26,4	13,8	4,3	0,5	0,3	100
Nº explorações R. Centro (% acumulada)	1,6	5,9	19,9	54,7	81,1	94,9	99,2	99,7	100,0	
Nº explorações agrícolas R. Centro/ nº expl. agrícolas Continente (%)	39	38	49	43	36	28	25	16	8	37
SAU explorações agrícolas R. Centro/ SAU explorações do Continente (%)	-	37	50	43	36	27	24	15	7	16
<b>Indicadores de acesso às ajudas da PAC</b>										
Nº explorações c/ajudas PAC na R. Centro (% do total)	0,4	1,0	6,2	30,2	30,6	21,5	8,4	1,1	0,6	100
Nº explorações c/ajudas PAC na R. Centro (% da classe de área)	11,2	10,3	20,6	40,5	53,9	72,4	90,9	94,0	94,8	46,5
Nº explorações c/ajudas PAC na R. Centro (% acumulada)	0,4	1,3	7,6	37,8	68,4	89,9	98,3	99,4	100,0	
Nº explorações c/ajudas R. Centro/ nº explorações c/ajudas Continente (%)	25	25	36	34	30	25	25	16	8	28
SAU expl. agríc. R. Centro c/ajudas/ SAU expl. agríc. Contine c/ajudas (%)	-	25	36	34	29	24	24	16	7	15
UTA das expl. agrícolas s/ ajudas da PAC na R. Centro (% do total UTA)	-	79,8								46,1
UTA das expl. agrícolas s/ ajudas da PAC no Continente (% do total UTA)	-	72,2								32,2
<b>Indicadores de intensidade produtiva</b>										
VPP/SAU R. Centro (x1000 €)	-	35,2	4,2	2,9	3,1	3,3	2,0	1,4	0,8	2,8
VPP/SAU Continente (x1000 €)	-	22,4	4,8	3,0	2,7	2,8	1,9	1,3	0,8	1,6
VPP/UTA R. Centro (x1000 €)	128,1	13,9	4,4	5,0	10,6	22,6	35,0	53,7	72,1	18,6
VPP/UTA Continente (x1000 €)	94,6	8,7	4,7	5,1	9,3	20,7	37,0	53,0	72,1	21,2
SAU/UTA R. Centro (ha)	-	0,4	1,1	1,7	3,5	6,8	17,4	39,2	85,3	6,6
SAU/UTA Continente (ha)	-	0,4	1,0	1,7	3,5	7,4	19,5	41,0	95,2	13,1
UTA/100 ha SAU R. Centro (nº)	-	253,0	95,4	57,5	28,7	14,6	5,8	2,6	1,2	15,2
UTA/100 ha SAU Continente (nº)	-	259,0	102,8	59,4	28,9	13,5	5,1	2,4	1,1	7,64

Esta diferença de acesso às ajudas, variável ao nível das NUT III (e sobretudo ao nível dos concelhos e freguesias, como veremos) é o resultado do peso relativo do número de explorações agrícolas com área total inferior a 20 ha (gráfico 4).

Por outro lado, a Região Centro detém cerca de 16 % da SAU do Continente, mas enquanto no Continente cerca de 89% da SAU é alvo de ajudas da PAC, na Região Centro é de cerca de 80 %.

Acresce que na Região Centro, ao contrário do que acontece com o número de explorações agrícolas, em que apenas 46 % recebem ajudas da PAC, versus 60 % no Continente, no que diz respeito à SAU é evidente o elevado grau de cobertura com ajudas da PAC - cerca de 80 % na Região Centro e cerca de 89% no Continente – como resultado, por um lado, do número elevado de pequenas explorações agrícolas, com uma baixa taxa de acesso às ajudas e, por outro lado, da concentração da SAU nas explorações agrícolas de maior dimensão, com uma elevada taxa de acesso às ajudas.

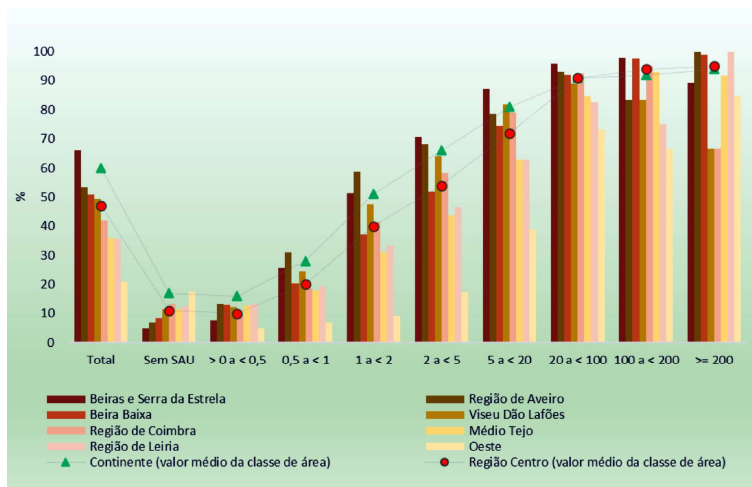
Assim, em resumo, no que diz respeito ao acesso às ajudas da PAC, é nas explorações agrícolas de menor dimensão que se verifica uma fraca taxa de acesso, quer em termos relativos quer em relação ao Continente, que não se reflete na mesma dimensão na afetação da superfície agrícola utilizada (SAU), pelos motivos referidos.

Numa visão espacial do acesso às ajudas da PAC na Região Centro, quer ao nível de NUT III, quer sobretudo numa desagregação ao nível de concelho e freguesia (figura 3), ainda que de modo empírico<sup>1</sup>, é possível distinguir vários territórios que de forma evidente estão relacionados com os sistemas de produção dominantes. Assim, a elevada proporção de explorações com acesso às ajudas da PAC está diretamente ligada a territórios com sistemas produtivos extensivos associados à pecuária (a maioria das freguesias da zona raiana, em especial da CIM Beiras e Serra de Estrela, a bacia leiteira do distrito de Aveiro e do noroeste do distrito de Viseu) e ao sistema cerealífero associado à bacia do Mondego no distrito de Coimbra.

Em contraponto, toda a NUT III Oeste é fortemente condicionada no acesso às ajudas da PAC como resultado dos sistemas de produção dominantes, nomeadamente a horticultura, a fruticultura e a vinha. Este fraco acesso às ajudas é extensível a algumas outras zonas (interior norte do distrito de Coimbra), mas aparentemente por

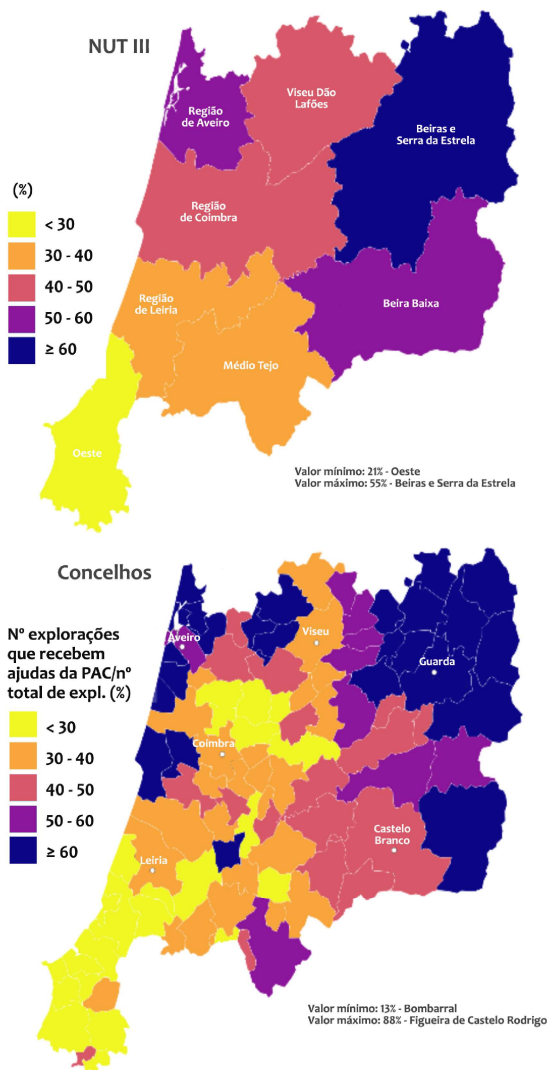
<sup>1</sup> Como anteriormente se referiu, este trabalho aborda exclusivamente o acesso das explorações agrícolas às ajudas da PAC. Assim, eventuais referências estruturais às explorações agrícolas, ou aos territórios, qualquer que seja o nível de desagregação, necessitam duma aferição com recurso a outros indicadores, ainda que estas referências qualitativas se baseiem no conhecimento profissional que os autores detêm das características das explorações agrícolas e dos territórios em que se inserem.

Gráfico 4. Proporção do nº de explorações da Região Centro que recebem ajudas, por NUT III e por classes de área



Fonte: Elaborado com base nos dados RA 2019

Figura 3. Proporção do nº de explorações agrícolas que recebem ajudas da PAC, por unidades geográficas, na Região Centro



Fonte: Elaborado com base nos dados RA 2019

**Na Região Centro a elevada proporção de explorações com acesso às ajudas da PAC está diretamente ligada a territórios com sistemas produtivos extensivos associados à pecuária e policultura**

se tratar de uma zona em que as explorações apresentam uma forte componente florestal.

Este registo de acesso às ajudas da PAC deve ser entendido como o corolário da própria PAC que privilegia os sistemas de produção extensivos, preferencialmente associados à pecuária, ou sistemas produtivos cuja manutenção depende de ajudas diretas.

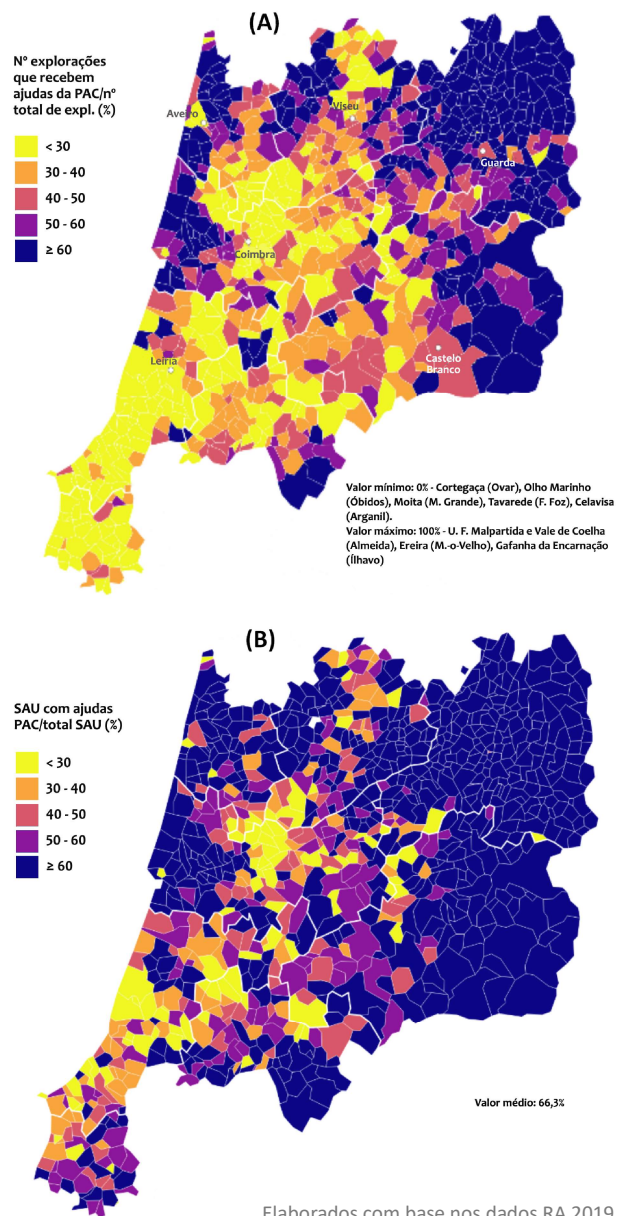
Esta análise genérica está condicionada por diversos elementos da arquitetura da PAC e da sua evolução nas últimas décadas. Por um lado deve-se ter em atenção que o nível de ajudas da PAC é ainda fortemente condicionado pelo “histórico” detido por cada exploração agrícola, embora se prevejam alterações significativas nos próximos anos que afetarão sobretudo os valores monetários unitários envolvidos.

Por outro lado, as ajudas das medidas de zonas desfavorecidas, que abrangem a quase totalidade da Região Centro, asseguram teoricamente uma cobertura da SAU com o consequente reforço da taxa de acesso.

Decorre daqui que o elevado nível de acesso das explorações agrícolas às ajudas da PAC em alguns territórios (há freguesias em que este grau de acesso se aproxima dos 100 %) parece ser fortemente influenciado pelos dois fatores referidos, embora se trate de uma simplificação da realidade, em que muitos outros fatores devem ser considerados, como a dimensão física das explorações agrícolas e, noutro contexto, o grau de apoio ou acesso administrativo aos balcões de candidatura ou mesmo as dinâmicas socio-económicas locais.

A análise conjunta do acesso das explorações agrícolas às ajudas da PAC, e da respetiva SAU, ao nível de freguesia (Figura 4), mostra que a cobertura da SAU pelas ajudas é manifestamente superior à que se verifica no número de explorações. Este resultado é consentâneo com a análise anteriormente feita e com os indicadores apresentados, resultando essencialmente do crescimento da taxa de acesso das explorações agrícolas às ajudas da PAC à medida que cresce a classe de área em que se inserem, isto é, as explorações agrícolas de maior dimensão física revelam uma taxa de acesso superior às restantes e, por deterem maior área (e maior SAU), acentuam essa divergência (ver também Tabela 2 e Gráfico 4).

**Figura 4. Proporção do número de explorações agrícolas com acesso às ajudas da PAC (A), e da respetiva SAU (B), por freguesia, na Região Centro**



Elaborados com base nos dados RA 2019

**Enquanto no Continente cerca de 1/3 das UTA's estão afetadas a explorações agrícolas sem acesso às ajudas da PAC, na Região Centro esta proporção é de 46 %, valor muito influenciado pelo peso relativo da mão-de-obra familiar nas pequenas explorações agrícolas**

**Este registo de acesso às ajudas da PAC deve ser entendido como o corolário da arquitetura da própria PAC fortemente condicionada pelo “histórico” da exploração agrícola/agricultor, com privilégio dos sistemas de produção extensivos preferencialmente associados à pecuária.**

O indicador relativo à mão-de-obra afeto às explorações agrícolas, com e sem acesso às ajudas, é particularmente relevante. De facto, cerca de 46% das Unidade de Trabalho Anuais (UTA) das explorações agrícolas da Região Centro estão afetadas a explorações agrícolas sem acesso às ajudas da PAC - no Continente esta proporção é de cerca de 32%.

Este indicador traduz essencialmente a conjugação da baixa taxa de acesso às ajudas das explorações agrícolas com a elevada mão-de-obra por unidade de SAU das explorações de mais baixos escalões de área.

Os indicadores de intensidade produtiva referidos na Tabela 2, e com informação espacial na Figura 6, mostram realidades diversas:

(i) Um Valor da Produção Padrão por unidade de Superfície Agrícola Utilizada (VPP/SAU) na Região Centro superior ao que se verifica no Continente, quer no total das explorações agrícolas, quer em cada uma das classes de área consideradas, parecendo indicar uma maior intensificação agrícola/produktividade em relação ao Continente.

Note-se que para as explorações agrícolas da Região Centro com SAU superior a 0,5 ha (correspondente genericamente o limite mínimo de acesso às ajudas), este indicador continua a ser superior na Região Centro, quer quando se consideram todas as explorações com SAU quer quando se consideram apenas as explorações com

**Na Região Centro o valor da produção padrão (VPP) sem acesso às ajudas nas respetivas explorações agrícolas é de 45 % (27 % para o Continente), mas este valor é claramente influenciado pelas explorações sem SAU ou com SAU até 2 ha.**

acesso às ajudas, revelando que um valor muito significativo da produção agrícola tem origem em explorações sem acesso às ajudas da PAC.

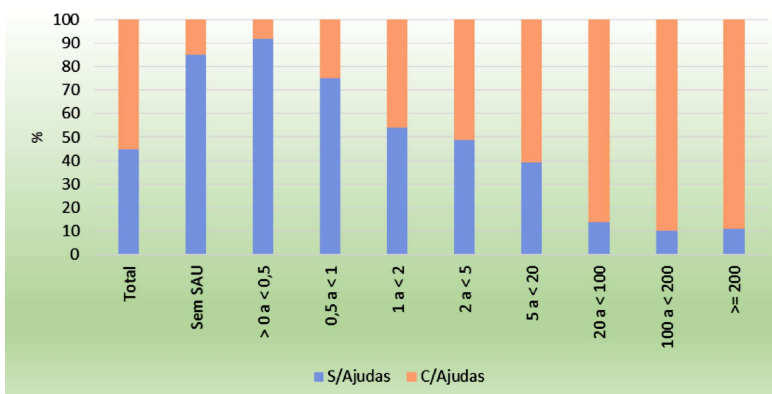
Esta constatação é patente no Gráfico 5, em que se evidencia o valor da produção padrão sem acesso às ajudas (45 % para a Região Centro e 27 % para o Continente), claramente influenciado pelas explorações sem SAU ou com SAU até 2 ha <sup>1</sup>.

Que o Valor da Produção Padrão por unidade de trabalho ano (VPP/UTA) na Região Centro é de 18,6 x 1000 €, inferior ao que se verifica no Continente (21,2 x 1000 €), e com uma distribuição por classes de área sem diferenças significativas (Gráfico 6). A remuneração do fator trabalho é, em termos relativos, elevado nas explorações sem SAU e baixo nas explorações com SAU, aumentando à medida que crescem os escalões de área. Note-se que este aspeto é claramente influenciado pelos sistemas de produção associados às explorações agrícolas em função da sua dimensão, assim como em função do tipo de mão-de-obra utilizada: familiar ou não familiar<sup>2</sup>.

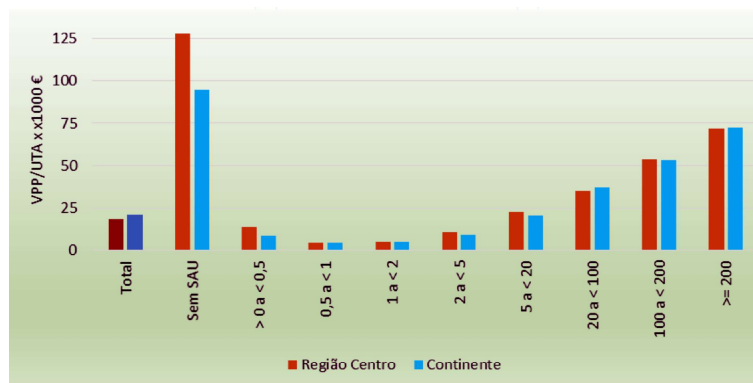
(1) O VPP das explorações sem SAU na Região Centro é de 20,3 % do VPP total da Região, condicionando fortemente este indicador (no continente é de 7,7 %).

(2) As UTA de tipo familiar representam 67,2% e 75,2 % do total das UTA, no Continente e na Região Centro, respetivamente.

**Gráfico 5. Proporção do VPP das explorações agrícolas sem acesso às ajudas, no VPP de todas as explorações agrícolas, por classes de área, na Região Centro (%)**



**Gráfico 6. Valor da Produção Padrão por Unidade de Trabalho Anual, por classes de área, na Região Centro**

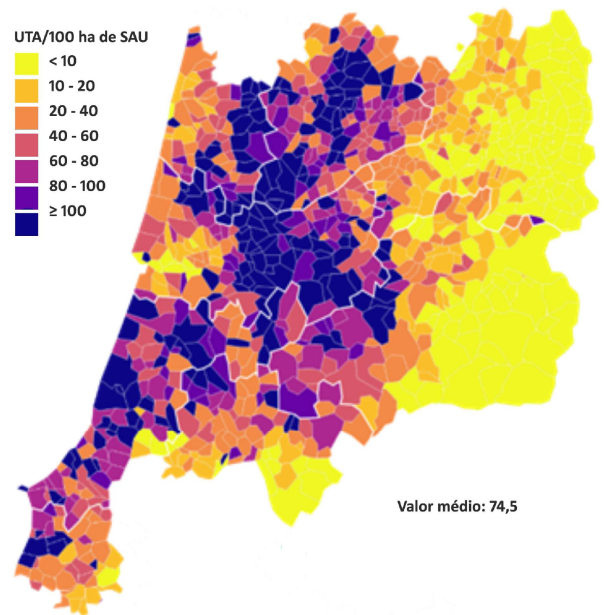


**Na Região Centro o rácio SAU/UTA é metade do que se verifica no Continente (inversamente ao que se verifica no rácio UTA/SAU). A intensidade de utilização de mão-de-obra por unidade de SAU é muito variável nas diferentes zonas agro ecológicas e está diretamente relacionada com a estrutura fundiária e os sistemas de produção dominantes.**

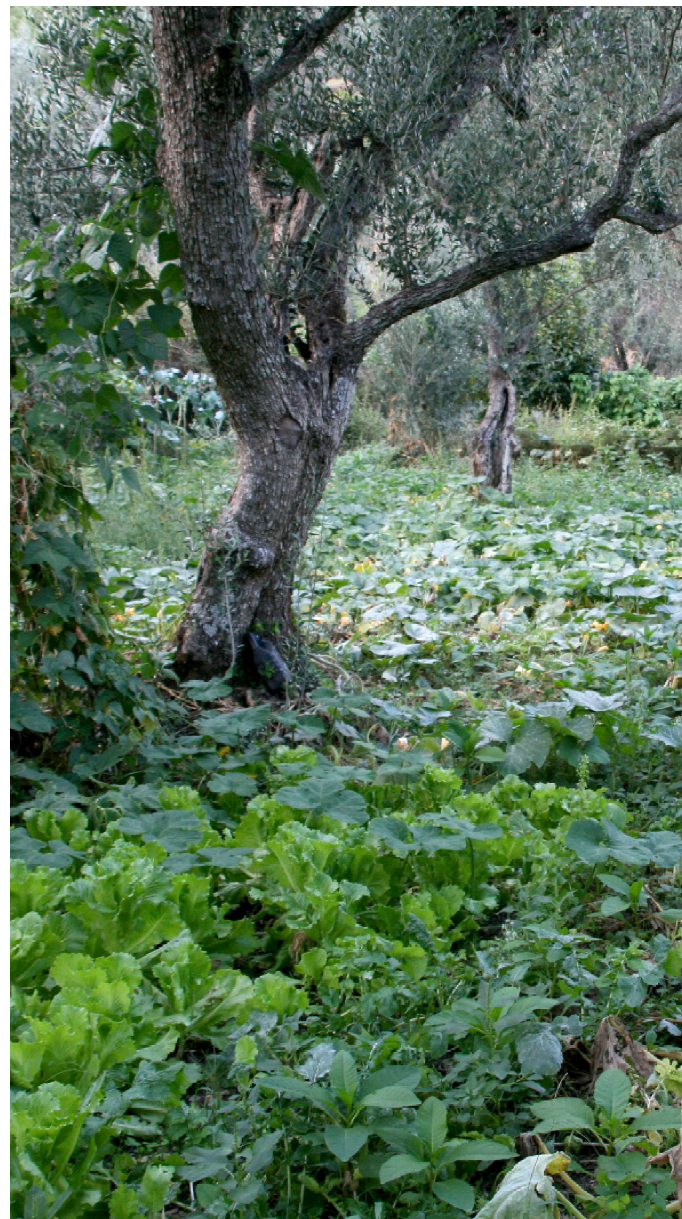
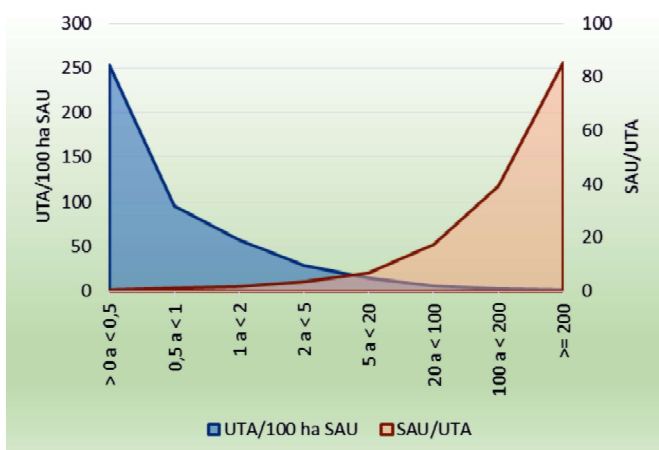
A intensidade de utilização de mão-de-obra por unidade de superfície agrícola utilizada (UTA/SAU), ou o número de hectares por unidade de trabalho ano (SAU/UTA), como seria de esperar, têm variações inversas à medida que crescem as áreas das explorações agrícolas (Gráfico 7). Para a totalidade das explorações, em média, na Região Centro o rácio SAU/UTA é metade do que se verifica no Continente e o rácio UTA/SAU é o dobro do que se regista no Continente.

A intensidade de utilização de mão-de-obra por superfície agrícola utilizada é muito variável nas diferentes zonas agroecológicas da Região Centro e está diretamente relacionada com a estrutura fundiária e os sistemas de produção dominantes: elevada intensidade nas explorações de minifúndio, predominantemente de policultura de horticultura e fruticultura, e baixa nas explorações extensivas raianas (Figura 5).

**Figura 5. UTA/100 ha SAU, por freguesia (Região Centro)**



**Gráfico 7. Relação da mão-de-obra (UTA) com a superfície agrícola utilizada (SAU), por classes de área, na Região Centro**



## ***Parte II***

# ***Os Montantes Financeiros Agrícolas das Ajudas da PAC em 2021***



## Nota prévia

A introdução de pagamentos diretos ligados à produção, introduzidos na PAC pelas reformas de 1992 e pela Agenda 2000, como compensação pelo abandono parcial das medidas de suporte de preços e de mercado que caracterizavam a PAC, foi aprofundada em 2003 pelo desligamento das ajudas da produção, dando origem ao Regime de Pagamento Único e, com a reforma de 2013, ao Regime de Pagamento Base com a atribuição de direitos aos produtores agrícolas. Surge assim, o designado modelo histórico de atribuição de direitos e das respetivas ajudas, considerado socialmente inaceitável e posto em causa no

contexto da atual reforma da PAC, ainda que de forma parcelar e com diversos «amortecedores» temporais. A análise que se segue, salvo indicação expressa em contrário, baseia-se nos dados publicamente disponíveis<sup>1</sup> no Gabinete de Planeamento e Políticas (GPP) do Ministério da Agricultura e tem como fonte o IFAP, em particular, os pagamentos do Pedido Único de 2021. O Pedido Único (PU) consiste no pedido de pagamento direto das ajudas que integram os regimes sujeitos ao Sistema Integrado de Gestão e de Controlo (SIGC), previsto na regulamentação comunitária<sup>2</sup>.



(1) <https://www.gpp.pt/index.php/analises/informacao-de-base-administrativa>

(2) Para o Continente abrange:

### Os Regimes de Apoio aos Pagamentos Diretos

- a) Regime de Pagamento Base e Pagamento Redistributivo
- b) Pagamento por Práticas Agrícolas Benéficas para o Ambiente e para o Clima (Greening)
- c) Pagamento para os Jovens Agricultores
- d) Regime de Pequena Agricultura
- e) Pagamento Específico ao Algodão
- f) Apoios Associados Voluntários
  - Prémio por Ovelha e por Cabra
  - Prémio por Vaca em Aleitamento
  - Prémio por Vaca Leiteira
  - Pagamento Específico por Superfície ao Tomate por Transformação
  - Pagamento Específico do Arroz

### As medidas de apoio do Programa de Desenvolvimento Rural do Continente (PDR 2020)

- a) Manutenção da Atividade Agrícola em Zonas Desfavorecidas
- b) Conversão e Manutenção em Agricultura Biológica
- c) Produção Integrada
- d) Pagamento Rede Natura
  - Pagamento Natura – Tipo 1
  - Pagamento Natura – Tipo 2
  - Apoios Zonais de Carácter Agroambiental
  - Gestão de Pastoreio em áreas de Baldio
  - Manutenção de Socalcos
  - Conservação dos Soutos notáveis da Terra Fria
  - Manutenção de Rotação de Sequeiro Cereal
  - Pousio
- e) Conservação do Solo
  - Sementeira direta ou mobilização na linha

- Envolvimento da entrelinha de culturas permanentes
  - f) Uso Eficiente da Água na Agricultura
  - g) Culturas Permanentes Tradicionais
    - Olival tradicional
    - Figueiral extensivo de sequeiro
    - Pomar tradicional de sequeiro do Algarve
    - Amendoal extensivo de sequeiro
    - Castanheiro extensivo de sequeiro
    - Douro Vinhateiro
  - h) Pastoreio Extensivo
    - Apoio à manutenção de lameiros de alto valor natural
    - Apoio à manutenção de sistemas agrosilvopastoris sob montado
    - Apoio à proteção do lobo ibérico
  - i) Recursos genéticos
    - Manutenção de Raças Autóctones em risco
  - j) Mosaico Agroflorestal
  - k) Silvoambientais
    - Manutenção e recuperação de galerias ripícolas
  - l) Apoio Agroambiental à Apicultura
- O pagamento do prémio anual destinado a compensar a perda de rendimento decorrente da florestação no âmbito do RURIS – Florestação de Terras Agrícolas
- O pagamento do prémio anual destinado a compensar a perda de rendimento decorrente da florestação no âmbito do Regulamento (CEE) n.º 2328/91 e do Regulamento (CEE) n.º 2080/92**
- A medida de apoio da Subação 2.3.2.2 «Apoio à instalação de sistemas florestais e agroflorestais», do Subprograma 2 do Programa do Desenvolvimento Rural do Continente do período de Programação 2007-2013 (PRODER)
- PDR 2020 - Operação 8.1.1. «Florestação de terras agrícolas e não agrícolas»
- PDR 2020 - Operação 8.1.2. «Instalação de sistemas agroflorestais»

# Os Pagamentos aos Beneficiários da PAC no Continente em 2021

Em termos globais, os pagamentos no âmbito do PU, no Continente, atingiram em 2021<sup>2</sup> os 1 039 milhões de euros, abrangendo 172 584 produtores com uma distribuição por Regiões e por NUT III que se apresenta na Tabela 3.

Uma análise genérica dos montantes pagos mostra enormes diferenças entre Regiões e, nestas, entre as diversas unidades geográficas (gráfico 8).

**Existe uma clara desigualdade nos montantes anuais pagos nas diferentes Regiões do Continente, mas estas diferenças devem ser analisadas no contexto da dimensão e do tipo de «agriculturas» de cada uma das Regiões e na sua relação com a arquitetura da PAC.**

**Tabela 3. Pagamentos aos produtores segundo classes de superfície agrícola, por NUT III, em 2021 (Continente)**

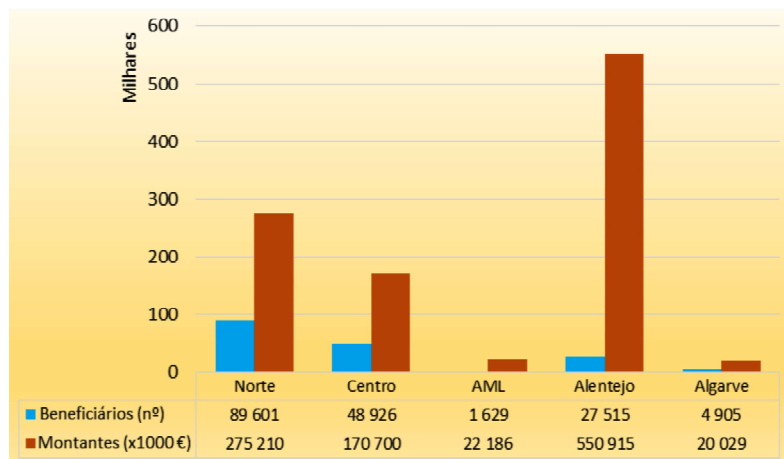
unidade: 1000 €

NUTS II	NUTS III	Classes de Superfície Agrícola					Total
		MP (<5 ha)	P (>=5 <25 ha)	M (>=25 <200 ha)	G (>=200 <1000 ha)	MG (>=1000 ha)	
	<b>Total</b>	<b>80 076</b>	<b>134 705</b>	<b>57 562</b>	<b>2 252</b>	<b>614</b>	<b>275 210</b>
<b>Norte</b>	Alto Minho	7 861	6 328	5 257	354	429	20 228
	Cávado	8 266	7 890	1 680	63	0	17 899
	Ave	4 330	7 317	2 052	0	0	13 699
	Área Metropolitana do Porto	5 174	11 565	1 628	0	0	18 367
	Alto Tâmega	10 279	22 063	8 669	343	0	41 354
	Tâmega e Sousa	7 369	4 231	959	64	0	12 622
	Douro	20 282	27 435	10 773	799	0	59 290
	Terras de Trás-os-Montes	16 515	47 877	26 544	629	185	91 750
	<b>Total</b>	<b>39 709</b>	<b>48 292</b>	<b>61 929</b>	<b>18 399</b>	<b>2 370</b>	<b>170 700</b>
<b>Centro</b>	Oeste	1 979	4 137	3 255	596	0	9 967
	Região de Aveiro	4 084	3 729	1 524	0	0	9 337
	Região de Coimbra	6 324	5 549	5 827	530	0	18 230
	Região de Leiria	2 810	1 504	828	0	0	5 142
	Viseu Dão Lafões	7 905	3 884	1 074	0	0	12 863
	Beira Baixa	2 825	4 465	15 104	13 983	1 780	38 158
	Médio Tejo	3 134	2 373	3 482	1 275	590	10 854
	Beiras e Serra da Estrela	10 648	22 653	30 835	2 014	0	66 150
<b>AML</b>	<b>Área Metropolitana de Lisboa</b>	<b>1 443</b>	<b>2 726</b>	<b>9 696</b>	<b>7 383</b>	<b>938</b>	<b>22 186</b>
	<b>Total</b>	<b>11 680</b>	<b>33 575</b>	<b>196 531</b>	<b>251 632</b>	<b>57 497</b>	<b>550 915</b>
<b>Alentejo</b>	Alentejo Litoral	846	4 361	27 716	27 003	6 430	66 356
	Baixo Alentejo	3 413	10 647	61 466	72 200	11 016	158 742
	Lezíria do Tejo	1 637	4 181	26 633	19 714	7 769	59 933
	Alto Alentejo	2 777	7 240	39 337	56 141	12 316	117 811
	Alentejo Central	3 008	7 145	41 380	76 574	19 966	148 073
<b>Algarve</b>	<b>Algarve</b>	<b>2 333</b>	<b>8 785</b>	<b>7 753</b>	<b>1 159</b>	<b>0</b>	<b>20 029</b>
<b>Continente</b>		<b>135 241</b>	<b>228 084</b>	<b>333 471</b>	<b>280 825</b>	<b>61 419</b>	<b>1 039 040</b>

MP – Muito Pequenas; P – Pequenas; M – Médias; G – Grandes; MG – Muito Grandes

Fonte: GPP, a partir de dados do IFAP

**Gráfico 8. Total dos pagamentos aos produtores, por NUT II, em 2021**



(1) Os pagamentos num determinado ano, por diversos fatores, podem não corresponder aos valores efetivos a que os produtores, em face das candidaturas do PU, teriam direito no ano em referência. Por exemplo, de acordo com a mesma fonte, no ano de 2019, o total de pagamentos aos 169 441 produtores beneficiários do PU, foi de 954,663 milhões de euros.



Por Regiões, os beneficiários do PU no Alentejo receberam em 2021 um pouco mais de metade (53,0 %) do total dos pagamentos aos produtores do Continente, seguido da Região Norte e da Região Centro, respetivamente com 26,5 % e 16,4 %.

Em contraponto, a Região Norte detém 51,9 % dos beneficiários do PU, seguida da Região Centro e do Alentejo, respetivamente com 28,4% e 15,9 %. Por NUT III, a distribuição geográfica dos pagamentos aos produtores é a que se apresenta na Figura 6., em que é patente a diferença de montantes entre as diferentes áreas geográficas abrangidas. No entanto, estas constatações carecem de uma análise cuidada.

De facto, existem diferenças evidentes entre as Regiões e, nestas, entre os diferentes territórios/zonas agro ecológicas, a começar pela sua dimensão física e pela estrutura fundiária das explorações, mas também pelos sistemas de produção dominantes em cada território e a sua relação com os apoios da PAC (*tabela 4*).

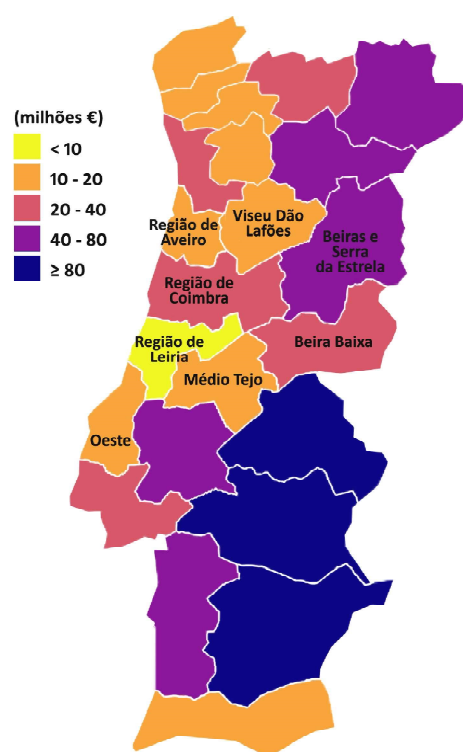
Assim, sendo evidente o elevado peso do Alentejo nos pagamentos das ajudas da PAC no Continente (53% do total), também é claro que esta Região detém cerca de 2/3 da área elegível do Continente, isto é, existe uma relação direta entre os montantes pagos e a respetiva área elegível<sup>1</sup>.

Esta situação é o resultado da diferente dimensão agrícola de cada uma das Regiões, mas também da estrutura fundiária dominante e da tipologia dos sistemas de produção: o Alentejo detém o mais elevado pagamento por beneficiário, mas em simultâneo o mais baixo pagamento por unidade de área elegível.

Em contraponto, as Regiões com estruturas fundiárias genericamente baseadas em pequenas e médias explorações agrícolas e com sistemas de produção muito diversificados, beneficiam do modelo degressivo aplicado à maioria das ajudas da PAC e à ajudas específicas do «Regime da Pequena Agricultura»<sup>2</sup>.

***O Alentejo domina o panorama dos pagamentos no âmbito do PU (53 % do total), mas é simultaneamente a região com maior área elegível (65,7 %), com o maior valor médio por beneficiário (cerca de 20 000 €) e com um mais baixo valor unitário médio por superfície elegível (255 €), como resultado essencialmente da dimensão física, da estrutura fundiária, dos sistemas de produção dominantes e da arquitetura da PAC.***

**Figura 6. Pagamentos aos produtores por NUT III, em 2021**



**Tabela 4. Indicadores dos pagamentos da PAC por NUT II, em 2021**

NUT II	Pagamentos		Beneficiários		Área elegível		Pag/ben	Pag/ha
	1 000 €	%	nº	%	ha	%	€/benef	€/ha
Norte	275 210	26,5	89 601	51,9	548 114	16,7	3 072	502
Centro	170 700	16,4	48 926	28,4	446 903	13,6	3 489	382
AML	22 186	2,1	1 629	0,9	61 521	1,9	13 620	361
Alentejo	550 915	53,0	27 515	15,9	2 162 354	65,7	20 022	255
Algarve	20 029	1,9	4 905	2,8	70 412	2,1	4 083	284
Continente	1 039 040	100	172 576	100	3 289 304	100	6 021	316

(1) A «superfície elegível» corresponde à área declarada no PU e alvo de pagamentos. Diferente é a superfície agrícola detida por cada uma das Regiões e, em particular, a respetiva SAU. Neste caso, o Alentejo detém 61,2 % da SAU do Continente, mantendo-se assim a relação direta entre o nível de pagamentos e a respetiva SAU.

(2) O Regime da Pequena Agricultura tem um peso muito reduzido no Alentejo, em que apenas 13,8 % dos beneficiários do PU beneficiam deste regime.

A distribuição das ajudas por OTE (Orientação Técnica Económica) mostra dois grandes grupos: a policultura - com o maior número de beneficiários e uma superfície elegível considerável e as atividades direta ou indiretamente ligadas à pecuária, com uma superfície elegível e montantes pagos elevados (gráfico 9).

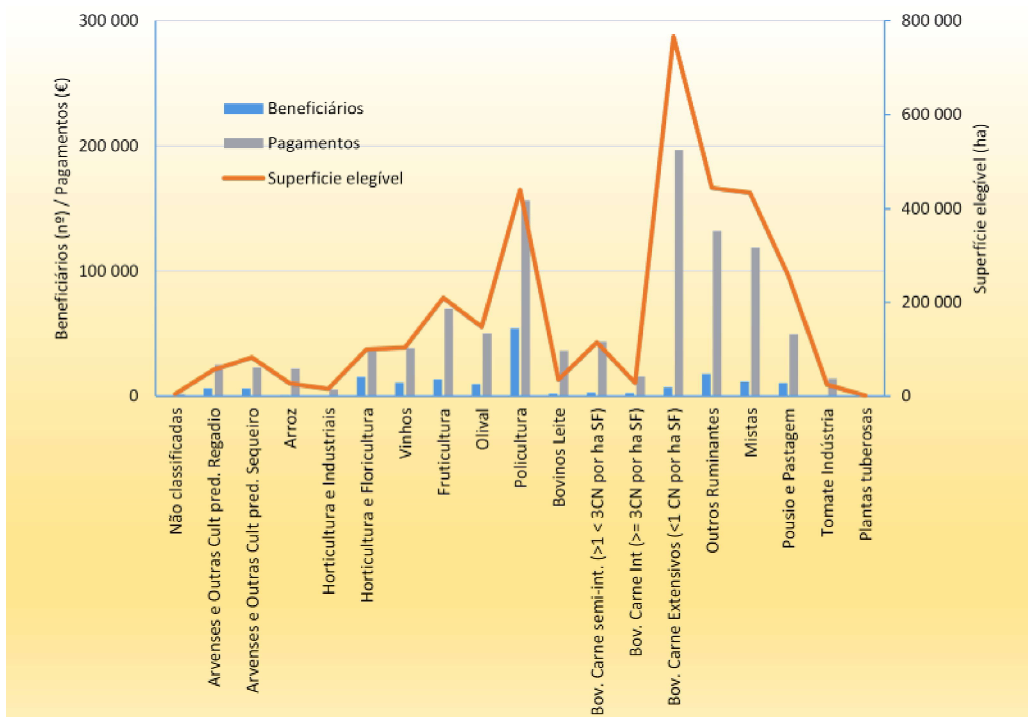
Os indicadores relativos aos herbívoros (bovinos e outros ruminantes) são elucidativos da orientação das ajudas da PAC para estas OTE's já que representam 19,0 % do total dos beneficiários do PU, mas 40,9 % do total dos montantes pagos e 42,2 % da superfície elegível.

Complementarmente saliente-se o facto das OTE's «pecuária»<sup>1</sup>, «policultura», «mistas» e «pousio e pastagem», representarem 76,6 % da superfície elegível do PU, 72,2 % do montante total pago e 57,1 % dos beneficiários, reforçando assim a orientação da PAC para culturas extensivas.

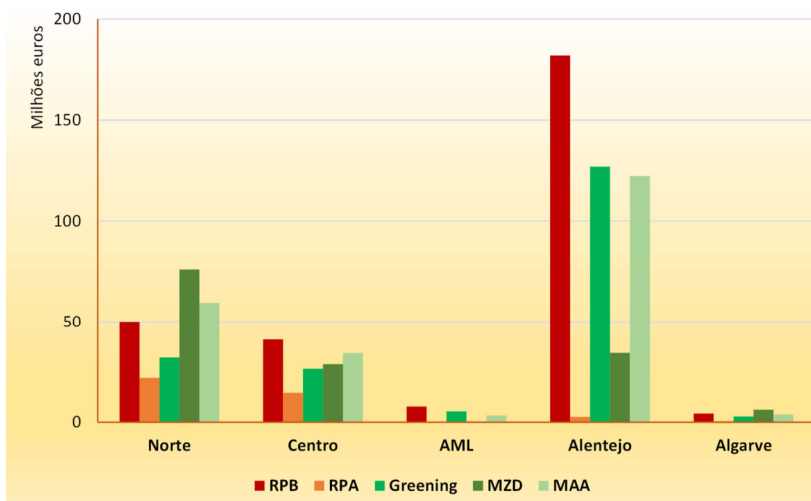
Relativamente à tipologia dos apoios da PAC, importa destacar as principais componentes (gráfico 10)<sup>2</sup>.

**As OTE's dos herbívoros (bovinos e outros ruminantes) são responsáveis por 40,9 % do total dos montantes do PU pagos em 2021 e por 42,2 % da superfície total elegível, abrangendo apenas 19,0 % da totalidade dos beneficiários PAC.**

**Gráfico 9. Nº de beneficiários, superfície elegível e montantes pagos, por Orientação Técnico Económica (PU - Continente, 2021)**



**Gráfico 10. Montantes pagos nas principais rúbricas da ajudas da PAC no âmbito das candidaturas do PU (2021)**



**RPB**—Regime de Pagamento Base; **RPA**—Regime da Pequena Agricultura; **Greening**—Práticas Agrícolas Benéficas para o Ambiente; **MZD**—Medidas Zonas Desfavorecidas; **MAA**—Medidas Agroambientais

(1) Inclui as OTE's: Bovinos Leite; Bov. Carne semi-int. (>1 < 3CN por ha SF); Bov. Carne Int. (>= 3CN por ha SF); Bov. Carne Extensivos (<1 CN por ha SF); Outros Ruminantes.

(2) Alguns destes instrumentos da PAC já foram ou serão alvo de alterações relevantes no curto ou médio prazos, face ao PEPAC aprovado.

### Regime de pagamento base (RPB)

O apoio a título do RPB é concedido aos agricultores mediante ativação de um direito ao pagamento por hectare de área com ocupação elegível, que dará lugar a um pagamento anual baseado no seu valor unitário.

Os pagamentos em 2021 atingiram os 285,2 milhões de euros, atribuídos a cerca de 95 700 beneficiários, numa superfície de 3,2 milhões de hectares, com a Região do Alentejo a deter 63,8 % deste montante numa superfície declarada para ativação dos direitos de 2,1 milhões de hectares (*gráfico 11*).

### Regime da Pequena Agricultura (RPA)

O RPA abrange os produtores que, no ano de referência de 2015, fossem detentores de direitos ao pagamento atribuídos no âmbito do RPB, mediante determinados requisitos, ficando dispensados do cumprimento das práticas agrícolas benéficas para o clima e o ambiente (*Greening*) e isentos de sanções no âmbito da condicionalidade.

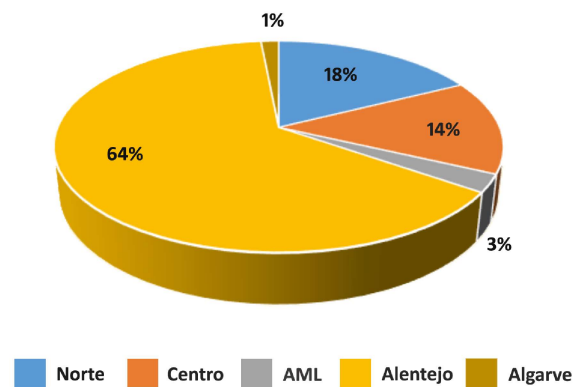
Este regime envolveu o pagamento em 2021 de 39,6 milhões de euros (3,8 % do total dos pagamentos do PU) a cerca de 46 900 beneficiários.

As Regiões Norte e Centro detêm 80 % dos beneficiários do Regime da Pequena Agricultura no Continente, apesar destes beneficiários representarem apenas 29,5 % dos beneficiários totais do PU destas duas Regiões e 23,7 % dos beneficiários totais do PU do Continente (*gráfico 12*).

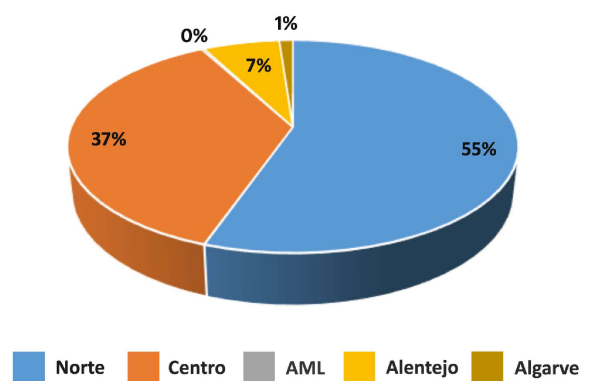
### Práticas Agrícolas Benéficas para o Clima e Ambiente (*Greening*)

O *Greening* está associado ao RPB, sendo considerado um pagamento para beneficiários que observem, em todos os hectares elegíveis, as práticas agrícolas benéficas para o clima e ambiente estabelecidas na regulamentação comunitária aplicável, nomeadamente a diversificação de culturas, a manutenção dos prados permanentes e a detenção de uma superfície de interesse ecológico. Os pagamentos em 2021 atingiram o montante de 193,8 milhões de euros, com o Alentejo a beneficiar de 2/3 deste montante (*gráfico 13*).

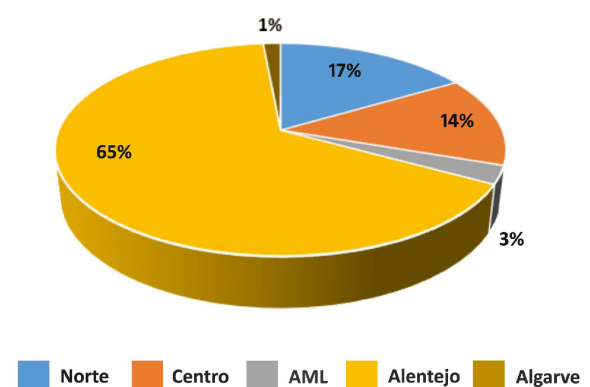
**Gráfico 11 . RPB—Montantes pagos por NUT II (2021)**



**Gráfico 12. RPA—Montantes pagos por NUT II (2021)**



**Gráfico 13. *Greening*—Montantes pagos por NUT II (2021)**



(1) Os montantes pagos em 2021 nas diferentes medidas abrangidas pelo PU, aos beneficiários do RPB, atingem os 858,8 milhões de euros (82,6% do total de pagamentos) o que evidencia o peso do «modelo histórico das ajudas».

### Medidas de Zonas Desfavorecidas (MZD)

Esta medida, do 2º pilar da PAC, destina-se a compensar parcialmente os produtores que exerçam a atividade agrícola em zonas consideradas desfavorecidas, nomeadamente em zonas de montanha, em zonas que não as de montanha sujeitas a condicionantes naturais significativas e a zonas afetadas por condicionantes específicas.

A Região Norte, com 52,2 % do montante total pago no Continente (145,9 milhões de euros), é claramente a Região com maior peso nesta medida, seguem-se a Região Centro e o Alentejo, respetivamente com 19,7% e 23,6 % (*gráfico 14*).

### Medidas Agroambientais (MAA)

Genericamente, estas medidas pertencentes ao 2º Pilar da PAC, traduzem-se em instrumentos que visam garantir uma produção agrícola que preserve e fomente o ambiente, o clima e a biodiversidade.

Em 2021, no âmbito das MAA foram pagos 223,3 milhões de euros, dos quais 41,2 % relativos à agricultura biológica (30,3 milhões euros na manutenção e 63,6 milhões de euros na reconversão), em que o Alentejo é beneficiário de 54,8 % dos montante total pago no Continente (*gráfico 15*).

Embora o conjunto das medidas antes referidas (RPB, Greening, RPA, MZD's e MAA) não abranjam a totalidade das ajudas do PU, elas representam 95,4 % do total de ajudas do PU pagas em 2021, pelo que são uma boa base de análise para uma visão global desta questão.

Gráfico 14. MZD—Montantes pagos por NUT II (2021)

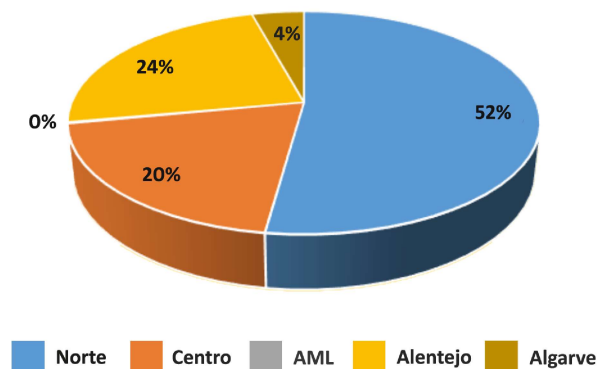
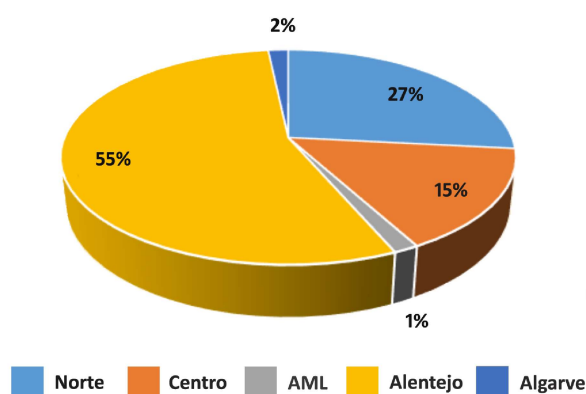


Gráfico 15. MAA—Montantes pagos por NUT II (2021)

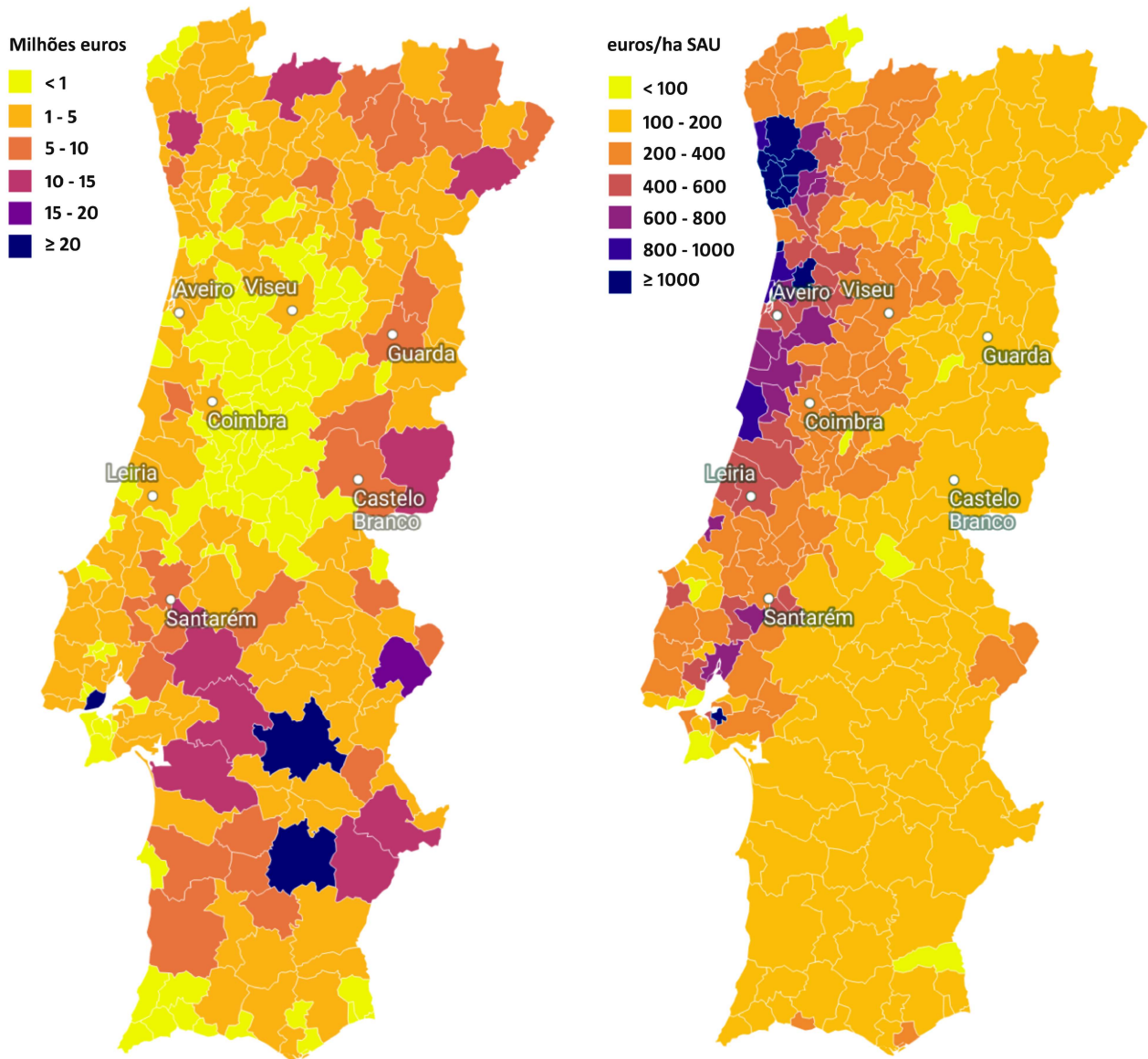




Como sublinhámos no início deste trabalho e se depreende do anteriormente referido, apenas dispomos, para o ano de referência (2021), da desagregação das Ajudas da PAC ao nível de NUT III, pelo que todos os indicadores apresentados têm esta restrição de análise.

Contudo, por ser possível dispor destes dados com desagregação ao nível de concelho para o ano de 2015, e porque, independentemente dos valores absolutos e dos condicionamentos estatísticos, eles permitem ter uma visão global da distribuição das ajudas pelo território do Continente<sup>1</sup>, apresentamos quer a distribuição dos montantes das ajudas por concelho, quer o indicador relativo ao montante pago por hectare elegível naquele ano, tendo em conta a relevância deste indicador (*figura 7*).

**Figura 7. Distribuição geográfica, por concelhos, dos pagamentos aos produtores, em 2015**  
Pagamentos referentes ao 1º Pilar da PAC + (MAA + MZD do 2º Pilar) e pagamentos por hectare de SAU



(1) Embora se tenham registado alterações nas diversas medidas do PU entre 2015 e 2021, estamos em presença de legislação e normativos suportados no mesmo quadro comunitário, pelo que a perceção geográfica da sua distribuição e, portanto, a visão global desta questão não é particularmente afetada.



# O pagamento das ajudas da PAC na Região Centro em 2021

Os pagamentos das ajudas do PU na Região Centro aos cerca de 49 000 beneficiários da PAC atingiram, em 2021, o montante de 170,7 milhões de euros, abrangendo uma área elegível de cerca de 447 000 ha (*tabela 5*).

Como vimos anteriormente estes valores correspondem a 28,4 %, 16,4 % e 13,6%, respetivamente dos beneficiários, dos montantes pagos e da área elegível do Continente, em 2021<sup>1</sup>.

O peso relativo de cada uma das NUTIII da Região Centro é bastante distinta e, ainda que de forma imperfeita - a diversidade característica da Região Centro não é apenas Litoral/Interior nem se atenua ao nível das NUTIII, pelo que a objetividade da análise espacial reflete apenas uma média ou o peso do fator mais relevante para o indicador em causa<sup>2</sup> -, existem variações muito significativas que permitem associar cada uma das NUTIII a sistemas produtivos específicos que justificam as diferenças encontradas, sobretudo ao nível dos montantes pagos (*gráficos 16 e 17*).

Por exemplo, o peso das NUTIII Beira e Serra de Estrela nos pagamentos reflete a importância da pecuária, das pastagens permanentes e da policultura, associadas e um «arrastamento» do histórico do RPB, a MAA ligadas a sistemas policulturais tradicionais e a uma cobertura robusta da SAU por MZD's de zonas de montanha. Estes fatores conjugados explicam também o pagamento médio por beneficiário e o pagamento por hectare elegível, superiores à média da Região Centro.

A situação da NUTIII Beira Baixa é muito semelhante, embora com algumas particularidades, nomeadamente o efeito da estrutura fundiária, que determina o mais elevado pagamento por beneficiário e o mais baixo pagamento por superfície elegível. É evidente o peso do «histórico» das ajudas (muito influenciado pelas culturas de regadio, em particular da cultura do tabaco no Regadio de Idanha-a-Nova) e pelas MAA associadas a produções extensivas e ao modo de produção biológico (3).

**Tabela 5. Indicadores dos pagamentos da PAC por NUT III, em 2021 (Região Centro)**

NUT III	Pagamentos		Beneficiários		Área elegível		Pag/ben.	Pag/ha
	1 000 €	%	nº	%	ha	%	€/benef	€/ha
Oeste	9 967	5,8	2 435	5,0	27 062	6,1	4 093	368
Região de Aveiro	9 337	5,5	4 417	9,0	14 292	3,2	2 114	653
Região de Coimbra	18 230	10,7	6 781	13,9	28 136	6,3	2 688	648
Região de Leiria	5 142	3,0	3 219	6,6	10 614	2,4	1 597	484
Viseu Dão Lafões	12 863	7,5	8 037	16,4	24 247	5,4	1 600	531
Beira Baixa	38 158	22,4	4 613	9,4	138 676	31,0	8 272	275
Médio Tejo	10 854	6,4	4 161	8,5	37 735	8,4	2 609	288
Beiras e Serra da Estrela	66 150	38,8	15 263	31,2	166 141	37,2	4 334	398
<b>Região Centro</b>	<b>170 700 €</b>	<b>100</b>	<b>48 926</b>	<b>100</b>	<b>446 903</b>	<b>100</b>	<b>3 489</b>	<b>382</b>

(1) Note-se, por mera analogia estatística (dados referentes a 2015/2016), que a economia da Região Centro, em relação ao Continente, representa 19,9 % do VAB, 30,0 % do Complexo Agroflorestal, 26 % do Complexo Agroalimentar, 41,6 % do Complexo Florestal, 28,8 % da Agricultura e 41,5 % da Silvicultura. Por outro lado, o peso do Complexo Agroflorestal da Região Centro na economia desta Região é de 8,3 % (CAFRC/VABRC), superior ao que se verifica no Continente (5,5 %) - dados a partir de Rolo, J.C., INIAV, «Ensaio de partição dos agregados económicos das Contas da Agricultura, do stock de capital e dos setores da economia por concelhos e estratos de dimensão económica das explorações agrícolas – metodologia e resultados».

(2) p.e., a análise da NUT III Beiras e Serra da Estrela esconde as evidentes diferenças nos sistemas de produção da Cova da Beira, da Serra de Estrela e da Zona Raiana.

(3) Deve notar-se que esta NUTIII abrange zonas radicalmente distintas (zona raiana—concelhos de Vila Velha de Ródão, Idanha-a-Nova, Penamacor e parte de Castelo Branco, versus zona do pinhal interior—oeste de Castelo Branco, Oleiros e Proença-a-Nova), mas o peso relativo da zona raiana acaba por condicionar a análise.

As NUT III Viseu e Dão Lafões, Região de Leiria e Médio Tejo mostram um equilíbrio de baixa intensidade no que diz respeito aos apoios por beneficiário (inferior à média da Região) e um apoio por hectare elegível relativamente elevado (exceção do Médio Tejo) por influência sobretudo dos apoios das MZD's e da Pequena Agricultura.

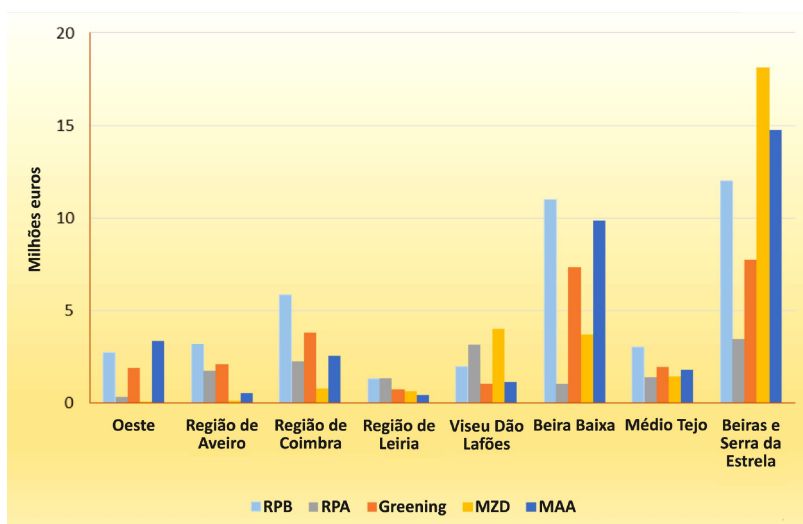
Em termos genéricos, estas NUTIII apresentam um mosaico de culturas, por vezes com pecuária e em alguns casos com forte intensificação produtiva, nomeadamente nos subsectores frutícola e hortícola. Note-se que a pecuária intensiva avícola e suínicola tem uma expressão muito significativa nos territórios destas NUTIII, mas sem correspondência nas ajudas da PAC.

Relativamente à NUTIII Oeste, os pagamentos são condicionados pelas componentes RPB e MAA, com montantes por beneficiário superiores à média da Região Centro e montantes por superfície elegível ligeiramente inferiores. Estes indicadores são condicionados pela estrutura fundiária e pelas atividades dominantes: fruticultura e horticultura.

As NUT III Região de Coimbra e Região de Aveiro, pese embora a dimensão de cada uma, têm uma estrutura de ajudas muito semelhante que se traduz num montante por beneficiário inferior à média da Região Centro e, pelo contrário, num montante por superfície elegível bastante superior.

**Verificam-se evidentes diferenças no modo e na intensidade como cada uma das NUT III acede aos apoios da PAC, mas tal constatação é o reflexo da diversidade territorial, dos sistemas de produção dominantes e da forma como estes se enquadram nas condicionantes dos instrumentos financeiros de apoio.**

**Gráfico 16. Montantes pagos nas principais rúbricas da ajudas da PAC, no âmbito das candidaturas do PU na Região Centro, por NUT III (2021)**



Fonte: Elaborado a partir de BD do GPP/IFAP













[www.drapc.gov.pt](http://www.drapc.gov.pt)